

# DIREITO PENAL

PARTE GERAL (ARTS. 1º A 120)

1

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 20.12.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2022 by*  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

M372d  
16. ed.  
v. 1

Masson, Cleber

Direito Penal: parte geral (arts. 1º a 120) / Cleber Masson. – 16. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2022.

936 ; 23 cm. (Direito penal ; 1)

ISBN 978-65-596-4257-1

1. Direito penal – Brasil. 2. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Título. II. Série

21-74523

CDU: 343.2(81)

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

# SUMÁRIO

## PARTE I

### TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL

<b>CAPÍTULO 1 – DIREITO PENAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....</b>	<b>3</b>
1.1. Conceito de Direito Penal.....	3
1.2. Alocação na Teoria Geral do Direito .....	3
1.3. Nomenclatura .....	3
1.4. Características do Direito Penal .....	4
1.5. Criminalização primária e criminalização secundária. Seletividade e vulnerabilidade no Direito Penal .....	5
1.6. Relações do Direito Penal com outros ramos do Direito.....	5
1.6.1. Com o Direito Processual Penal.....	5
1.6.2. Com o Direito Constitucional .....	6
1.6.3. Com o Direito Administrativo.....	6
1.6.4. Com o Direito Civil.....	7
1.6.5. Com o Direito Internacional.....	7
1.7. Funções do Direito Penal.....	7
1.7.1. Direito Penal como proteção de bens jurídicos .....	8
1.7.2. Direito Penal como instrumento de controle social.....	8
1.7.3. Direito Penal como garantia.....	8
1.7.4. Função ético-social do Direito Penal.....	9
1.7.5. Função simbólica do Direito Penal.....	9
1.7.6. Função motivadora do Direito Penal .....	9
1.7.7. Função de redução da violência estatal .....	10
1.7.8. Função promocional do Direito Penal.....	10
1.8. A ciência do Direito Penal .....	10
1.8.1. Introdução.....	10
1.8.2. Dogmática penal.....	10
1.8.3. Política criminal.....	11

1.8.4.	Criminologia.....	11
1.8.5.	Vitimologia .....	12
1.9.	Divisões do Direito Penal .....	12
1.9.1.	Direito Penal fundamental ou Direito Penal primário .....	12
1.9.2.	Direito Penal complementar ou Direito Penal secundário...	13
1.9.3.	Direito Penal comum.....	13
1.9.4.	Direito Penal especial .....	13
1.9.5.	Direito Penal geral.....	13
1.9.6.	Direito Penal local.....	13
1.9.7.	Direito Penal objetivo .....	13
1.9.8.	Direito Penal subjetivo .....	13
1.9.9.	Direito Penal material.....	13
1.9.10.	Direito Penal formal .....	13
1.10.	Fontes do Direito Penal.....	14
1.10.1.	Introdução.....	14
1.10.2.	Fontes materiais, substanciais ou de produção.....	14
1.10.3.	Fontes formais, cognitivas ou de conhecimento .....	14
1.10.3.1.	Constituição Federal .....	14
1.10.3.2.	Jurisprudência .....	15
1.10.3.3.	Doutrina.....	16
1.10.3.4.	Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos.....	16
1.10.3.5.	Costumes.....	17
1.10.3.6.	Princípios gerais do Direito.....	18
1.10.3.7.	Atos da Administração Pública .....	18

## **CAPÍTULO 2 – PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL..... 19**

2.1.	Conceito .....	19
2.2.	Princípios em espécie.....	19
2.2.1.	Princípio da reserva legal ou da estrita legalidade .....	19
2.2.1.1.	Princípio da reserva legal e mandados de criminalização.....	21
2.2.1.2.	Homofobia (ou transfobia), omissão legislativa e Supremo Tribunal Federal.....	22
2.2.2.	Princípio da anterioridade .....	24
2.2.3.	Princípio da insignificância ou da criminalidade de bagatela...	25
2.2.3.1.	Introdução.....	25
2.2.3.2.	Finalidade.....	25
2.2.3.3.	Natureza jurídica .....	26

2.2.3.4.	Requisitos.....	26
2.2.3.5.	Aplicabilidade.....	31
2.2.3.6.	Princípio da insignificância e infrações penais de menor potencial ofensivo.....	41
2.2.3.7.	A questão do furto privilegiado.....	41
2.2.3.8.	Princípio da insignificância e sua valoração pela autoridade policial.....	42
2.2.3.9.	Princípio da insignificância imprópria ou da criminalidade de bagatela imprópria.....	42
2.2.4.	Princípio da individualização da pena.....	43
2.2.5.	Princípio da alteridade.....	44
2.2.6.	Princípio da confiança.....	44
2.2.7.	Princípio da adequação social.....	45
2.2.8.	Princípio da intervenção mínima.....	45
2.2.8.1.	Princípio da fragmentariedade ou caráter fragmentário do Direito Penal.....	46
2.2.8.2.	Princípio da subsidiariedade.....	47
2.2.9.	Princípio da proporcionalidade.....	48
2.2.10.	Princípio da humanidade.....	50
2.2.11.	Princípio da ofensividade ou da lesividade.....	51
2.2.12.	Princípio da exclusiva proteção do bem jurídico.....	51
2.2.12.1.	Eleição de bens jurídicos e a teoria constitucional do Direito Penal.....	52
2.2.12.2.	A espiritualização (desmaterialização ou liquefação) de bens jurídicos no Direito Penal.....	52
2.2.13.	Princípio da imputação pessoal.....	53
2.2.14.	Princípio da responsabilidade pelo fato.....	53
2.2.15.	Princípio da personalidade ou da intranscendência.....	53
2.2.16.	Princípio da responsabilidade penal subjetiva.....	53
2.2.17.	Princípio do <i>ne bis in idem</i> .....	54
2.2.18.	Princípio da isonomia.....	57

### **CAPÍTULO 3 – A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL..... 59**

3.1.	O Direito Penal dos povos primitivos.....	59
3.1.1.	Introdução.....	59
3.1.2.	Vingança divina.....	59
3.1.3.	Vingança privada.....	60
3.1.4.	Vingança pública.....	61
3.2.	Idade antiga: Direito Penal grego e Direito Penal romano.....	62

3.2.1.	Direito Penal grego .....	62
3.2.2.	Direito Penal romano .....	62
3.3.	Idade Média.....	63
3.3.1.	Direito Penal germânico .....	63
3.3.2.	Direito Penal canônico .....	64
3.4.	Idade Moderna.....	66
3.4.1.	Período humanitário – O pensamento de Beccaria .....	66
 <b>CAPÍTULO 4 – A HISTÓRIA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO .....</b>		<b>69</b>
4.1.	Período Colonial.....	69
4.2.	Código Criminal do Império .....	70
4.3.	Período Republicano.....	71
 <b>CAPÍTULO 5 – ESCOLAS PENAIS .....</b>		<b>73</b>
5.1.	Escola Clássica.....	73
5.2.	Escola Positiva.....	74
5.3.	Correcionalismo Penal.....	75
5.4.	Tecnicismo Jurídico-Penal.....	76
5.5.	A defesa social.....	77
 <b>CAPÍTULO 6 – A EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DO DIREITO PENAL .....</b>		<b>81</b>
6.1.	Positivismo jurídico.....	81
6.2.	Neokantismo penal.....	82
6.3.	Garantismo penal .....	82
6.4.	Funcionalismo penal.....	83
6.4.1.	Posição de Claus Roxin – Escola de Munique .....	84
6.4.2.	Posição de Günther Jakobs – Escola de Bonn.....	85
6.5.	Novas propostas doutrinárias: Direito Penal e enfrentamento da criminalidade moderna .....	86
6.5.1.	Introdução.....	86
6.5.2.	Direito intervencionista ou de intervenção.....	88
6.5.3.	As velocidades do Direito Penal.....	91
6.5.4.	Direito Penal do inimigo .....	92
6.5.4.1.	Noções preliminares.....	92
6.5.4.2.	Conceito de inimigo .....	92
6.5.4.3.	Efeitos da aplicação da teoria do Direito Penal do inimigo .....	94
6.5.5.	Neopunitivismo: a quarta velocidade do Direito Penal.....	96

6.5.6.	Direito Penal como proteção de contextos da vida em sociedade.....	97
<b>CAPÍTULO 7 - LEI PENAL.....</b>		<b>99</b>
7.1.	Introdução.....	99
7.2.	Classificação.....	100
7.3.	Características da lei penal.....	101
7.4.	Lei penal em branco.....	101
7.4.1.	A origem do complemento da lei penal em branco.....	102
7.5.	Interpretação da lei penal.....	103
7.5.1.	Introdução.....	103
7.5.2.	Quanto ao sujeito: autêntica, judicial ou doutrinária.....	104
7.5.3.	Quanto aos meios ou métodos: gramatical e lógica.....	104
7.5.4.	Quanto ao resultado: declaratória, extensiva e restritiva.....	105
7.5.5.	Interpretação progressiva.....	105
7.5.6.	Interpretação analógica.....	106
7.5.7.	Interpretação exofórica e endofórica.....	106
7.6.	Analogia.....	106
7.6.1.	Introdução.....	106
7.6.2.	Espécies.....	107
7.7.	Lei penal no tempo.....	108
7.7.1.	Introdução.....	108
7.7.2.	Direito Penal intertemporal e o conflito de leis penais no tempo.....	108
7.7.2.1.	<i>Novatio legis</i> incriminadora.....	109
7.7.2.2.	Lei penal mais grave ou <i>lex gravior</i> .....	109
7.7.2.3.	<i>Abolitio criminis</i> e lei posterior benéfica.....	110
7.7.2.4.	Combinação de leis penais ( <i>lex tertia</i> ).....	114
7.7.2.5.	Lei penal intermediária.....	116
7.7.3.	Lei penal temporária e lei penal excepcional.....	116
7.7.4.	As leis penais em branco e o conflito de leis no tempo.....	117
7.8.	Conflito aparente de leis penais.....	119
7.8.1.	Conceito.....	119
7.8.2.	Requisitos.....	119
7.8.3.	Localização no Direito Penal.....	120
7.8.4.	Finalidade.....	120
7.8.5.	Diferença com o concurso de crimes.....	121
7.8.6.	Diferença com o conflito de leis penais no tempo.....	121

7.8.7.	Princípios para solução do conflito .....	122
7.8.7.1.	Princípio da especialidade .....	122
7.8.7.2	Princípio da subsidiariedade .....	124
7.8.7.3.	Princípio da consunção ou da absorção .....	126
7.8.7.4.	Princípio da alternatividade .....	131
7.8.8.	Ausência de previsão legal.....	132
7.9.	Tempo do crime.....	133
7.10.	Lei penal no espaço .....	135
7.10.1.	Introdução.....	135
7.10.2.	Princípio da territorialidade .....	135
7.10.2.1.	Conceito de território.....	135
7.10.2.2.	Território brasileiro por extensão.....	136
7.10.3.	Outros princípios.....	137
7.10.3.1.	Princípio da personalidade ou da nacionalidade.	137
7.10.3.2.	Princípio do domicílio .....	137
7.10.3.3.	Princípio da defesa, real ou da proteção .....	138
7.10.3.4.	Princípio da justiça universal.....	138
7.10.3.5.	Princípio da representação .....	138
7.11.	Lugar do crime.....	139
7.11.1.	Não aplicação da teoria da ubiquidade em outras hipóteses ...	139
7.12.	Extraterritorialidade .....	140
7.12.1.	Introdução.....	140
7.12.2.	Extraterritorialidade incondicionada .....	141
7.12.2.1.	Extraterritorialidade incondicionada e o art. 8.º do Código Penal – Proibição do <i>bis in idem</i> ....	141
7.12.2.2.	Extraterritorialidade incondicionada e a Lei de Tortura.....	142
7.12.3.	Extraterritorialidade condicionada .....	142
7.13.	Lei penal em relação às pessoas .....	143
7.13.1.	Introdução.....	143
7.13.2.	Imunidades diplomáticas e de chefes de governos estrangeiros.....	143
7.13.3.	Imunidades parlamentares.....	144
7.13.3.1.	Alocação.....	144
7.13.3.2.	Introdução.....	144
7.13.3.3.	Conceito e finalidade.....	145
7.13.3.4.	Imunidade material ou inviolabilidade .....	145
7.13.3.5.	Imunidade formal.....	148



7.13.3.6.	Pessoas abrangidas pela imunidade .....	151
7.13.3.7.	Suspensão e renúncia da imunidade .....	152
7.13.3.8.	Imunidades e estado de sítio .....	152
7.14.	Disposições finais acerca da aplicação da lei penal .....	153
7.14.1.	Introdução.....	153
7.14.2.	Eficácia da sentença estrangeira .....	153
7.14.3.	Contagem de prazo .....	154
7.14.4.	Frações não computáveis da pena.....	156
7.14.5.	Legislação especial.....	157

## PARTE II

### TEORIA GERAL DO CRIME

<b>CAPÍTULO 8 – CRIME: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS .....</b>	<b>161</b>
8.1. Conceito de crime .....	161
8.1.1. Critério material ou substancial .....	161
8.1.2. Critério legal.....	162
8.1.2.1. Crime e contravenção penal: outras distinções....	163
8.1.2.2. Conceito legal de crime e o art. 28 da Lei 11.343/2006 – Lei de Drogas .....	164
8.1.3. Critério analítico.....	166
8.1.4. Critério adotado pelo Código Penal.....	167
8.2. Ilícito penal e outros ilícitos.....	168
8.3. Sujeitos do crime .....	169
8.3.1. Sujeito ativo .....	169
8.3.1.1. A pessoa jurídica como sujeito ativo de crimes	169
8.3.2. Sujeito passivo .....	173
8.4. Objeto do crime.....	174
<b>CAPÍTULO 9 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES .....</b>	<b>175</b>
9.1. Introdução.....	175
9.1.1. Crimes comuns, próprios e de mão própria.....	175
9.1.2. Crimes simples e complexos .....	176
9.1.2.1. Crime ultracomplexo (ou supercomplexo).....	177
9.1.3. Crimes materiais, formais e de mera conduta.....	177
9.1.4. Crimes instantâneos, permanentes, de efeitos permanentes e a prazo.....	178

9.1.5.	Crimes unissubjetivos, plurissubjetivos e eventualmente coletivos.....	179
9.1.6.	Crimes de subjetividade passiva única e de dupla subjetividade passiva.....	179
9.1.7.	Crimes de dano e de perigo.....	180
9.1.8.	Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes.....	180
9.1.9.	Crimes comissivos, omissivos e de conduta mista.....	181
9.1.10.	Crimes de forma livre e de forma vinculada.....	183
9.1.11.	Crimes mono-ofensivos e pluri-ofensivos.....	183
9.1.12.	Crimes principais e acessórios.....	183
9.1.13.	Crimes transeuntes e não transeuntes.....	184
9.1.14.	Crimes à distância, plurilocais e em trânsito.....	184
9.1.15.	Crimes independentes e conexos.....	184
9.1.16.	Crimes condicionados e incondicionados.....	185
9.1.17.	Crimes naturais, plásticos e vazios.....	185
9.1.18.	Crimes de mínimo, de menor, de médio, de elevado e de máximo potencial ofensivo.....	185
9.1.19.	Outras classificações.....	186
9.1.19.1.	Crime gratuito.....	186
9.1.19.2.	Crime de ímpeto.....	186
9.1.19.3.	Crime exaurido.....	186
9.1.19.4.	Crime de circulação.....	187
9.1.19.5.	Crime de atentado ou de empreendimento.....	187
9.1.19.6.	Crime de opinião ou de palavra.....	187
9.1.19.7.	Crime multitudinário.....	187
9.1.19.8.	Crime vago.....	187
9.1.19.9.	Crime internacional.....	187
9.1.19.10.	Crime de mera suspeita, sem ação ou de mera posição.....	187
9.1.19.11.	Crime inominado.....	188
9.1.19.12.	Crime habitual.....	188
9.1.19.13.	Crime profissional.....	188
9.1.19.14.	Quase crime.....	188
9.1.19.15.	Crime subsidiário.....	188
9.1.19.16.	Crime hediondo.....	188
9.1.19.17.	Crime de expressão.....	189
9.1.19.18.	Crime de intenção ou de tendência interna transcendente.....	189
9.1.19.19.	Crime de tendência ou de atitude pessoal.....	189

9.1.19.20.	Crime mutilado de dois atos ou tipos imperfeitos de dois atos.....	189
9.1.19.21.	Crime de ação violenta .....	189
9.1.19.22.	Crime de ação astuciosa .....	189
9.1.19.23.	Crime falho .....	189
9.1.19.24.	Crime putativo, imaginário ou erroneamente suposto.....	190
9.1.19.25.	Crime remetido .....	190
9.1.19.26.	Crimes de responsabilidade.....	190
9.1.19.27.	Crime obstáculo.....	190
9.1.19.28.	Crime progressivo .....	190
9.1.19.29.	Progressão criminosa.....	190
9.1.19.30.	Crimes de impressão .....	191
9.1.19.31.	Crimes militares.....	191
9.1.19.32.	Crimes falimentares .....	193
9.1.19.33.	Crimes funcionais ou <i>delicta in officio</i> .....	193
9.1.19.34.	Crimes parcelares .....	193
9.1.19.35.	Crimes de hermenêutica.....	193
9.1.19.36.	Crimes de rua, crimes do colarinho branco e do colarinho azul .....	193
9.1.19.37.	Crime liliputiano .....	194
9.1.19.38.	Crimes de catálogo.....	194
9.1.19.39.	Crimes de acumulação ou crimes de dano cumulativo .....	195
9.1.19.40.	Crimes de olvido .....	195
9.1.19.41.	Crimes aberrantes.....	195
9.1.19.42.	Crime achado.....	195
9.1.19.43.	Crime de clima .....	195

## **CAPÍTULO 10 – FATO TÍPICO ..... 197**

10.1.	Introdução.....	197
10.2.	Conduta.....	198
10.2.1.	Teoria clássica, naturalística, mecanicista ou causal.....	198
10.2.2.	Teoria final ou finalista.....	200
10.2.3.	Teoria cibernética .....	201
10.2.4.	Teoria social.....	202
10.2.5.	Teoria jurídico-penal.....	202
10.2.6.	Teoria da ação significativa .....	203
10.2.7.	Apontamentos gerais sobre a conduta.....	204

10.2.8.	Formas de conduta.....	205
10.2.9.	Teorias acerca da omissão .....	206
10.2.10.	Caracteres da conduta .....	206
10.2.11.	Exclusão da conduta .....	207
10.3.	Resultado.....	208
10.3.1.	Conceito .....	208
10.3.2.	Denominação .....	208
10.3.3.	Espécies .....	208
10.4.	Relação de causalidade ou nexa causal.....	209
10.4.1.	Denominação .....	209
10.4.2.	Dispositivo legal.....	209
10.4.3.	Conceito .....	209
10.4.4.	Âmbito de aplicação .....	210
10.4.5.	Teorias.....	210
10.4.5.1.	Teorias adotadas pelo Código Penal.....	211
10.4.6.	Concausas.....	212
10.4.6.1.	Introdução.....	212
10.4.6.2.	Causas dependentes e independentes.....	212
10.4.7.	Relevância da omissão.....	216
10.4.7.1.	Conceito e alcance .....	216
10.4.7.2.	Teoria adotada.....	217
10.4.7.3.	Dever de agir: critérios existentes para sua definição.....	217
10.4.7.4.	Poder de agir.....	218
10.4.7.5.	Hipóteses de dever de agir .....	218
10.4.8.	A questão da dupla causalidade .....	220
10.4.9.	Teoria da imputação objetiva.....	221
10.4.9.1.	Evolução histórica .....	221
10.4.9.2.	Introdução.....	221
10.4.9.3.	Conceito e análise dos pressupostos.....	223
10.4.9.4.	A imputação objetiva para Jakobs e Roxin.....	226
10.4.9.5.	Conclusões.....	227
10.4.9.6.	Direito Penal Quântico.....	227
10.4.10.	Teoria da condição mínima.....	228
10.5.	Tipicidade.....	229
10.5.1.	Conceito .....	229
10.5.2.	Evolução doutrinária.....	229
10.5.2.1.	Tipicidade como indício da ilicitude e o art. 386, inc. VI, do Código de Processo Penal.....	230

10.5.3. Teoria dos elementos negativos do tipo.....	231
10.5.4. Teoria da tipicidade conglobante.....	231
10.5.5. Adequação típica: conceito e espécies .....	232

## **CAPÍTULO 11 – TEORIA DO TIPO .....** 235

11.1. Conceito .....	235
11.2. Espécies.....	235
11.3. Tipo legal .....	235
11.4. Funções do tipo legal.....	235
11.4.1. Função de garantia.....	236
11.4.2. Função fundamentadora .....	236
11.4.3. Função indiciária da ilicitude.....	236
11.4.4. Função diferenciadora do erro .....	237
11.4.5. Função seletiva.....	237
11.5. Estrutura do tipo legal.....	237
11.5.1. Elementos modais.....	239
11.6. Classificação doutrinária do tipo legal .....	239
11.6.1. Tipo normal e tipo anormal .....	239
11.6.2. Tipo fundamental e tipo derivado .....	239
11.6.3. Tipo fechado e tipo aberto .....	240
11.6.4. Tipo de autor e tipo de fato.....	240
11.6.5. Tipo simples e tipo misto .....	240
11.6.6. Tipo congruente e tipo incongruente.....	241
11.6.7. Tipo complexo .....	241
11.6.8. Tipo preventivo.....	241

## **CAPÍTULO 12 – CRIME DOLOSO .....** 243

12.1. Introdução.....	243
12.2. Teorias do dolo .....	243
12.2.1. Teorias adotadas pelo Código Penal.....	243
12.3. Elementos do dolo.....	244
12.4. Dolo natural e dolo normativo.....	245
12.5. Espécies de dolo.....	245
12.5.1. Dolo direto e dolo indireto .....	245
12.5.1.1. Dolo eventual e os crimes de trânsito .....	247
12.5.2. <i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i> .....	248
12.5.3. Dolo de propósito e dolo de ímpeto (ou repentino) .....	248
12.5.4. Dolo genérico e dolo específico.....	249

12.5.5.	Dolo presumido.....	249
12.5.6.	Dolo de dano e dolo de perigo.....	249
12.5.7.	Dolo de primeiro grau e dolo de segundo grau.....	250
12.5.8.	Dolo geral, por erro sucessivo ou <i>dolus generalis</i> .....	250
12.5.9.	Dolo antecedente, dolo atual e dolo subsequente.....	251
12.5.10.	Dolo abandonado.....	251
12.5.11.	Dolo unitário ou global.....	252
12.6.	O dolo nas contravenções penais.....	252
12.7.	Prova do dolo e teoria dos indicadores externos.....	253
12.8.	Dolo sem vontade.....	253

### **CAPÍTULO 13 - CRIME CULPOSO..... 255**

13.1.	Introdução.....	255
13.2.	Fundamento da punibilidade da culpa.....	255
13.3.	Conceito de crime culposo.....	256
13.4.	Elementos do crime culposo.....	256
13.4.1.	Conduta voluntária.....	257
13.4.2.	Violação do dever objetivo de cuidado.....	257
13.4.2.1.	Apontamentos gerais.....	257
13.4.2.2.	Modalidades de culpa.....	258
13.4.3.	Resultado naturalístico involuntário.....	260
13.4.4.	Nexo causal.....	260
13.4.5.	Tipicidade.....	261
13.4.6.	Previsibilidade objetiva.....	261
13.4.7.	Ausência de previsão.....	262
13.5.	Espécies de culpa.....	262
13.5.1.	Culpa inconsciente e culpa consciente.....	262
13.5.2.	Culpa própria e culpa imprópria.....	263
13.5.3.	Culpa mediata ou indireta.....	264
13.5.4.	Culpa presumida.....	264
13.6.	Graus de culpa.....	265
13.7.	Compensação de culpas.....	266
13.8.	Concorrência de culpas.....	266
13.9.	Caráter excepcional do crime culposo.....	266
13.10.	Exclusão da culpa.....	267

### **CAPÍTULO 14 - CRIME PRETERDOLOSO..... 269**

14.1.	Conceito.....	269
14.2.	Relação entre dolo e culpa.....	269

14.3. <i>Versari in re illicita</i> .....	270
14.4. Crimes qualificados pelo resultado .....	270
<b>CAPÍTULO 15 – ERRO DE TIPO .....</b>	<b>273</b>
15.1. Introdução.....	273
15.2. Previsão legal.....	273
15.3. Erro e ignorância: distinção e tratamento .....	273
15.4. Conceito .....	274
15.4.1. Erro de tipo e crimes omissivos impróprios.....	274
15.5. Espécies.....	274
15.6. Efeitos.....	275
15.7. Erro de tipo e crime putativo por erro de tipo.....	275
15.8. Discriminantes putativas.....	275
15.9. Erro determinado por terceiro.....	278
15.9.1. Erro determinado por terceiro e concurso de pessoas .....	278
15.10. Erro de tipo acidental.....	279
15.10.1. Erro sobre a pessoa ou <i>error in persona</i> .....	279
15.10.2. Erro sobre o objeto .....	279
15.10.3. Erro sobre as qualificadoras .....	280
15.10.4. Erro sobre o nexo causal ou <i>aberratio causae</i> .....	280
15.10.5. Erro na execução ou <i>aberratio ictus</i> .....	281
15.10.5.1. Espécies de erro na execução .....	282
15.10.6. Resultado diverso do pretendido, <i>aberratio delicti</i> ou <i>aberratio criminis</i> .....	282
15.10.6.1. Espécies .....	283
15.11. Gráfico conclusivo .....	283
<b>CAPÍTULO 16 – ITER CRIMINIS.....</b>	<b>285</b>
16.1. Conceito .....	285
16.2. Fase interna: cogitação.....	285
16.3. Fase externa .....	286
16.3.1. Preparação.....	286
16.3.2. Execução.....	287
16.3.3. Transição dos atos preparatórios para os atos executórios.....	287
16.3.4. Consumação .....	289
16.4. O exaurimento .....	290
<b>CAPÍTULO 17 – TENTATIVA.....</b>	<b>291</b>
17.1. Dispositivo legal.....	291
17.2. Conceito .....	291

17.3. Denominação.....	291
17.4. Elementos.....	291
17.5. Natureza jurídica.....	292
17.6. Teorias sobre a punibilidade da tentativa.....	292
17.7. Teoria adotada pelo Código Penal.....	293
17.7.1. Critério para diminuição da pena.....	293
17.8. Tentativa e crimes de competência dos Juizados Especiais Criminais..	294
17.9. Tentativa e diminuição da pena no Código Penal Militar.....	294
17.10. Espécies de tentativa.....	294
17.10.1. Tentativa branca ou incruenta.....	295
17.10.2. Tentativa cruenta ou vermelha.....	295
17.10.3. Tentativa perfeita, acabada ou crime falho.....	295
17.10.4. Tentativa imperfeita, inacabada ou tentativa propriamente dita.....	295
17.11. Tentativa e crimes de ímpeto.....	295
17.12. Tentativa e dolo eventual.....	296
17.13. Inadmissibilidade da tentativa.....	297
17.14. Crimes punidos somente na forma tentada.....	300

**CAPÍTULO 18 - DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ..... 301**

18.1. Dispositivo legal.....	301
18.2. Distinção com a tentativa.....	301
18.3. Fundamento.....	301
18.4. Natureza jurídica.....	302
18.5. Desistência voluntária.....	302
18.6. Arrependimento eficaz.....	303
18.7. Requisitos.....	303
18.8. Motivos.....	304
18.9. Efeito.....	304
18.10. Incompatibilidade com os crimes culposos.....	304
18.11. Adiamento da prática do crime.....	304
18.12. Comunicabilidade da desistência voluntária e do arrependimento eficaz.	305
18.13. Tentativa qualificada.....	305
18.14. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e Lei de Terrorismo...	306

**CAPÍTULO 19 - ARREPENDIMENTO POSTERIOR..... 307**

19.1. Conceito.....	307
19.2. Alocação do instituto.....	307



19.3. Natureza jurídica.....	307
19.4. Extensão do benefício.....	308
19.5. Fundamentos .....	308
19.6. Requisitos .....	308
19.7. Comunicabilidade do arrependimento posterior no concurso de pessoas .....	310
19.8. Critério para redução da pena.....	310
19.9. Recusa do ofendido em aceitar a reparação do dano ou a restituição da coisa.....	311
19.10. Dispositivos especiais acerca da reparação do dano.....	311
19.10.1. Peculato culposo .....	311
19.10.2. Juizados Especiais Criminais.....	311
19.10.3. Apropriação indébita previdenciária.....	312
19.10.4. Súmula 554 do Supremo Tribunal Federal.....	312
<b>CAPÍTULO 20 – CRIME IMPOSSÍVEL.....</b>	<b>313</b>
20.1. Conceito .....	313
20.2. Natureza jurídica.....	313
20.3. Teorias sobre o crime impossível .....	314
20.4. Espécies de crime impossível .....	315
20.5. Momento adequado para aferição da inidoneidade absoluta .....	316
20.6. Aspectos processuais inerentes ao crime impossível .....	316
20.7. Crime putativo e crime impossível .....	317
20.7.1. Conceito de crime putativo .....	317
20.7.2. Espécies de crime putativo .....	317
20.7.3. Diferença entre crime impossível e crime putativo .....	319
<b>CAPÍTULO 21 – ILICITUDE .....</b>	<b>321</b>
21.1. Conceito .....	321
21.2. Ilicitude formal e ilicitude material.....	321
21.3. Concepção unitária .....	321
21.4. Terminologia.....	322
21.5. Ilícito e injusto .....	323
21.6. Ilicitude genérica e ilicitude específica .....	323
21.7. Ilicitude objetiva e ilicitude subjetiva .....	324
21.8. Ilicitude penal e ilicitude extrapenal.....	324
21.9. Causas de exclusão da ilicitude.....	324
21.9.1. Introdução.....	324
21.9.2. Nomenclatura .....	325

21.9.3.	Previsão legal.....	325
21.9.4.	Elementos objetivos e subjetivos das causas de exclusão da ilicitude.....	326
21.9.5.	Causas de exclusão da ilicitude e aspectos processuais .....	327
21.9.5.1.	Prisão provisória e causas de exclusão da ilicitude .....	327
21.9.6.	Causas supralegais de exclusão da ilicitude.....	328
21.9.6.1.	Consentimento do ofendido.....	329
21.9.7.	Descriminante em branco (ou excludente da ilicitude em branco).....	332
21.9.8.	Visão geral .....	333

**CAPÍTULO 22 – ESTADO DE NECESSIDADE ..... 335**

22.1.	Dispositivo legal.....	335
22.2.	Conceito .....	335
22.3.	Natureza jurídica.....	335
22.4.	Teorias.....	336
22.5.	Requisitos .....	337
22.5.1.	Situação de necessidade.....	338
22.5.1.1.	Perigo atual.....	338
22.5.1.2.	Perigo não provocado voluntariamente pelo agente.....	338
22.5.1.3.	Ameaça a direito próprio ou alheio .....	340
22.5.1.4.	Ausência do dever legal de enfrentar o perigo....	340
22.5.2.	Fato necessitado.....	341
22.5.2.1.	Inevitabilidade do perigo por outro modo .....	341
22.5.2.2.	Proporcionalidade.....	342
22.6.	Causa de diminuição da pena.....	342
22.7.	Espécies de estado de necessidade .....	342
22.7.1.	Quanto ao bem sacrificado.....	342
22.7.2.	Quanto à titularidade do bem jurídico preservado .....	343
22.7.3.	Quanto à origem da situação de perigo .....	343
22.7.4.	Quanto ao aspecto subjetivo do agente .....	343
22.8.	Estado de necessidade recíproco .....	343
22.9.	Casos específicos de estado de necessidade .....	344
22.10.	Comunicabilidade do estado de necessidade .....	344
22.11.	Estado de necessidade e crimes permanentes e habituais .....	344
22.12.	Estado de necessidade e erro na execução.....	345
22.13.	Estado de necessidade e dificuldades econômicas .....	345

<b>CAPÍTULO 23 – LEGÍTIMA DEFESA .....</b>	<b>347</b>
23.1. Fundamento.....	347
23.2. Dispositivo legal.....	347
23.3. Natureza jurídica e conceito.....	348
23.4. Requisitos legais.....	348
23.4.1. Agressão injusta.....	348
23.4.2. Agressão atual ou iminente.....	349
23.4.3. Agressão a direito próprio ou alheio.....	350
23.4.4. Reação com os meios necessários.....	350
23.4.5. Uso moderado dos meios necessários.....	351
23.5. Agente de segurança pública e vítima refém de crime.....	352
23.6. Legítima defesa e vingança.....	353
23.7. Desafio e legítima defesa.....	353
23.8. Espécies de legítima defesa.....	353
23.8.1. Quanto à forma de reação.....	353
23.8.2. Quanto à titularidade do bem jurídico protegido.....	354
23.8.3. Quanto ao aspecto subjetivo de quem se defende.....	354
23.8.4. Legítima defesa da honra.....	354
23.8.5. Legítima defesa presumida.....	357
23.8.6. Legítima defesa sucessiva.....	357
23.9. Legítima defesa contra a multidão.....	357
23.10. Legítima defesa contra pessoa jurídica.....	357
23.11. Legítima defesa nas relações familiares.....	358
23.12. Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i> .....	358
23.13. Legítima defesa de terceiro e consentimento do ofendido.....	358
23.14. Diferença entre estado de necessidade e legítima defesa.....	359
23.15. Existência simultânea de legítima defesa e de estado de necessidade.....	359
23.16. Legítima defesa e relação com outras excludentes: admissibilidade... ..	359
23.17. Legítima defesa e relação com outras excludentes: inadmissibilidade....	361
23.18. Legítima defesa e desobediência civil: distinção.....	361
 <b>CAPÍTULO 24 – ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL.....</b>	 <b>363</b>
24.1. Dispositivo legal.....	363
24.2. Natureza jurídica.....	363
24.3. Conceito.....	363
24.4. Fundamento.....	363
24.5. Dever legal.....	364
24.6. Destinatários da excludente.....	364

24.7. Limites da excludente .....	365
24.8. Estricto cumprimento de dever legal e crimes culposos .....	365
24.9. Comunicabilidade da excludente da ilicitude .....	365
24.10. Atuação policial e Lei do Crime Organizado .....	365
<b>CAPÍTULO 25 – EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO .....</b>	<b>367</b>
25.1. Dispositivo legal.....	367
25.2. Natureza jurídica.....	367
25.3. Conceito .....	367
25.4. Limites da excludente .....	368
25.5. Costumes .....	368
25.6. Distinções entre estricto cumprimento de dever legal e exercício regular de direito .....	369
25.7. Lesões em atividades esportivas.....	369
25.8. Intervenções médicas ou cirúrgicas .....	369
25.9. Ofendículas .....	370
25.10. Meios mecânicos predispostos de defesa da propriedade .....	371
25.11. Exercício regular de direito e utilização de cadáver para estudos e pesquisas científicas.....	371
<b>CAPÍTULO 26 – EXCESSO.....</b>	<b>373</b>
26.1. Introdução.....	373
26.2. Dispositivo legal e alcance.....	373
26.3. Conceito .....	374
26.4. Espécies.....	374
26.4.1. Doloso, culposo, acidental ou exculpante.....	374
26.4.2. Intensivo e extensivo.....	375
26.5. Legítima defesa e excesso.....	375
26.6. Exemplo de quesitos em crime de competência do Tribunal do Júri, incluindo o excesso .....	376
<b>CAPÍTULO 27 – CULPABILIDADE.....</b>	<b>379</b>
27.1. Introdução.....	379
27.2. Conceito .....	380
27.3. Culpabilidade pelo fato.....	380
27.4. Fundamento da culpabilidade .....	380
27.5. Evolução do conceito de culpabilidade .....	380
27.5.1. Teoria psicológica .....	380
27.5.2. Teoria normativa ou psicológico-normativa.....	382

27.5.3. Teoria normativa pura.....	383
27.6. Teoria adotada pelo Código Penal.....	384
27.7. Teoria funcional da culpabilidade.....	385
27.8. Tipo positivo e tipo negativo de culpabilidade.....	385
27.9. Cculpabilidade.....	385
27.9.1. Cculpabilidade às avessas.....	386
27.10. Culpabilidade formal e culpabilidade material.....	387
27.11. Graus de culpabilidade.....	387
27.12. Dirimentes.....	388
<b>CAPÍTULO 28 - IMPUTABILIDADE PENAL.....</b>	<b>389</b>
28.1. Introdução.....	389
28.2. Conceito.....	389
28.3. Momento para constatação da imputabilidade.....	390
28.4. Sistemas ou critérios para identificação da inimputabilidade.....	390
28.5. Causas de inimputabilidade.....	391
28.6. Menoridade.....	391
28.6.1. Menor de 18 anos de idade e a emancipação civil.....	391
28.6.2. Redução da maioridade penal.....	392
28.6.3. Crimes permanentes e superveniência da maioridade penal.....	392
28.6.4. Menoridade penal e crimes militares.....	392
28.7. Inimputabilidade por doença mental.....	393
28.7.1. Doente mental e intervalos de lucidez.....	393
28.8. Inimputabilidade por desenvolvimento mental incompleto.....	393
28.9. Inimputabilidade por desenvolvimento mental retardado.....	393
28.10. A perícia médica.....	394
28.11. Efeitos da inimputabilidade.....	396
28.12. Imputabilidade diminuída ou restrita.....	396
28.12.1. Dispositivo legal.....	396
28.12.2. Nomenclatura.....	396
28.12.3. Conceito.....	397
28.12.4. Sistema adotado.....	397
28.12.5. Natureza jurídica.....	397
28.12.6. Efeitos.....	398
28.13. Emoção e paixão.....	399
28.13.1. Apontamento histórico.....	399
28.13.2. Introdução e critério utilizado pelo Código Penal.....	399

28.13.3. Emoção e paixão: conceitos e distinções .....	399
28.13.4. Efeitos .....	400
28.13.5. Emoção e paixão patológicas .....	400
28.13.6. Espécies .....	400
28.13.7. Disposições especiais no Código Penal.....	400
28.13.8. A questão do homicídio passional.....	401
28.14. Embriaguez .....	402
28.14.1. Conceito .....	402
28.14.2. Denominação .....	402
28.14.3. Embriaguez crônica ou patológica, ou alcoolismo crônico..	402
28.14.4. Períodos, fases ou etapas da embriaguez.....	402
28.14.5. Espécies de embriaguez.....	403
28.14.5.1. Quanto à intensidade.....	403
28.14.5.2. Quanto à origem .....	403
28.14.6. Embriaguez acidental completa e medida de segurança .....	404
28.14.7. Prova da embriaguez .....	404
28.14.7.1. Prova da embriaguez e o Código de Trânsito Brasileiro .....	404
28.14.8. A teoria da <i>actio libera in causa</i> .....	408

## **CAPÍTULO 29 – POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE .....** 413

29.1. Introdução.....	413
29.2. Evolução .....	413
29.3. Critérios para determinação do objeto da consciência da ilicitude ...	414
29.4. Exclusão.....	415
29.4.1. Erro de proibição.....	415
29.4.1.1. Introdução.....	415
29.4.1.2. Desconhecimento da lei ( <i>ignorantia legis</i> ).....	415
29.4.1.3. Conceito de erro de proibição .....	416
29.4.1.4. Efeitos: escusável e inescusável.....	416
29.4.1.5. Critérios para identificação da escusabilidade ou inescusabilidade do erro de proibição.....	417
29.4.1.6. Espécies de erro de proibição: direto, indireto e mandamental.....	418
29.4.1.7. Erro de proibição e crime putativo por erro de proibição.....	419
29.4.1.8. Diferença entre erro de tipo e erro de proibição....	419
29.4.1.9. O erro de tipo que incide sobre a ilicitude do fato .....	419

<b>CAPÍTULO 30 – EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA.....</b>	<b>421</b>
30.1. Conceito .....	421
30.2. Causas supralegais de exclusão da culpabilidade .....	421
30.2.1. Origem histórica.....	421
30.2.2. Situação atual: admissibilidade e fundamentos.....	422
30.3. Coação moral irresistível.....	423
30.3.1. Dispositivo legal e incidência.....	423
30.3.2. Fundamento.....	423
30.3.3. Requisitos.....	424
30.3.4. Efeitos .....	424
30.3.5. Temor reverencial.....	425
30.4. Obediência hierárquica.....	425
30.4.1. Dispositivo legal.....	425
30.4.2. Conceito .....	425
30.4.3. Fundamentos .....	426
30.4.4. Requisitos.....	426
30.4.5. Efeitos .....	427
<b>CAPÍTULO 31 – CONCURSO DE PESSOAS .....</b>	<b>429</b>
31.1. Tratamento legislativo.....	429
31.2. Denominação.....	429
31.3. Conceito .....	429
31.4. Requisitos .....	429
31.4.1. Pluralidade de agentes culpáveis .....	429
31.4.2. Relevância causal das condutas para a produção do resultado .....	431
31.4.3. Vínculo subjetivo .....	431
31.4.4. Unidade de infração penal para todos os agentes .....	432
31.4.5. Existência de fato punível.....	433
31.5. Autoria.....	434
31.5.1. Teorias.....	434
31.5.2. Teoria adotada pelo Código Penal.....	436
31.6. Punibilidade no concurso de pessoas.....	437
31.7. Cooperação dolosamente distinta.....	438
31.8. Modalidades de concurso de pessoas: coautoria e participação.....	439
31.8.1. Coautoria.....	439
31.8.1.1. Coautoria, crimes próprios e crimes de mão própria.....	440

31.8.1.2.	O executor de reserva .....	440
31.8.1.3.	Coautoria sucessiva.....	441
31.8.1.4.	Coautoria em crimes omissivos.....	441
31.8.1.5.	A autoria mediata.....	442
31.8.1.6.	Autoria por determinação .....	443
31.8.1.7.	Autoria de escritório.....	444
31.8.1.8.	A teoria do domínio da organização .....	445
31.8.1.9.	Autoria por convicção .....	445
31.8.2.	Participação.....	446
31.8.2.1.	Espécies .....	446
31.8.2.2.	Punição do partícipe: teorias da acessoriedade....	447
31.8.2.3.	Participação de menor importância.....	449
31.8.2.4.	Participação impunível.....	450
31.8.2.5.	Participação por omissão.....	450
31.8.2.6.	Convivência .....	451
31.8.2.7.	Participação sucessiva.....	451
31.8.2.8.	Participação em cadeia ou participação da participação .....	451
31.8.2.9.	Participação em ação alheia.....	441
31.9.	Circunstâncias incomunicáveis: o art. 30 do Código Penal.....	452
31.9.1.	Distinção entre elementares e circunstâncias.....	452
31.9.2.	Espécies de elementares e de circunstâncias.....	453
31.9.3.	Condições de caráter pessoal.....	453
31.9.4.	As regras do art. 30 do Código Penal.....	453
31.9.5.	Elementares personalíssimas e a questão do estado puerperal no infanticídio.....	454
31.10.	O excesso no mandato criminal.....	455
31.11.	Questões diversas.....	455
31.11.1.	Autoria colateral .....	455
31.11.2.	Autoria incerta .....	455
31.11.3.	Autoria desconhecida.....	456
31.12.	Concurso de pessoas e crimes de autoria coletiva.....	457
31.12.1.	Denúncia geral <i>versus</i> processo penal kafkiano (“criptoimputação”) .....	458
31.13.	Concurso de pessoas e crimes culposos .....	459
31.13.1.	Coautoria e crimes culposos .....	459
31.13.2.	Participação e crimes culposos.....	459



**PARTE III****TEORIA GERAL DA PENA**

<b>CAPÍTULO 32 – PENA: ASPECTOS GERAIS.....</b>	<b>463</b>
32.1. Sanção penal.....	463
32.2. Conceito .....	463
32.3. Princípios.....	464
32.4. Teorias e finalidades.....	466
32.4.1. Teoria absoluta e finalidade retributiva.....	466
32.4.2. Teoria relativa e finalidades preventivas .....	467
32.4.3. Teoria mista ou unificadora e dupla finalidade: retribuição e prevenção.....	469
32.4.4. Teoria agnóstica .....	470
32.5. Função social da pena .....	470
32.6. Fundamentos da pena.....	471
32.7. Cominação das penas .....	472
32.8. Classificação das penas.....	473
32.8.1. Quanto ao bem jurídico do condenado atingido pela pena	473
32.8.2. Quanto ao critério constitucional.....	473
32.8.3. Quanto ao critério adotado pelo Código Penal .....	474
32.9. Abolicionismo penal .....	474
32.10. Justiça restaurativa.....	476
32.11. Justiça penal negociada .....	478
32.12. Teoria das janelas quebradas (“broken windows theory”).....	478
<b>CAPÍTULO 33 – PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE .....</b>	<b>481</b>
33.1. Conceito .....	481
33.2. Espécies.....	481
33.3. Regimes penitenciários .....	481
33.4. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	481
33.4.1. Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade e crimes hediondos ou equiparados .....	482
33.4.2. Tráfico de drogas privilegiado e Lei dos Crimes Hediondos....	484
33.5. Competência para execução da pena privativa de liberdade.....	487
33.6. Jurisdicionalização da execução penal.....	487
33.6.1. Diretrizes e parâmetros para o processamento da execução penal nos tribunais brasileiros .....	487

33.7. Pena de reclusão .....	487
33.8. Pena de detenção .....	489
33.9. Pena de prisão simples .....	489
33.10. Diferenças entre reclusão e detenção.....	489
33.11. Pena-base aplicada no mínimo legal e regime prisional mais rigo- roso.....	490
33.12. Impossibilidade de modificação, pelo juízo da execução, do regime prisional equivocadamente fixado na decisão condenatória .....	490
33.13. Obrigatoriedade de prévia execução das penas mais graves.....	490
33.14. Progressão de regime prisional.....	491
33.14.1. Progressão especial para mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência ....	496
33.14.2. Proibição da progressão “por saltos” .....	498
33.14.3. Progressão e crimes contra a Administração Pública .....	498
33.14.4. Progressão e crimes hediondos ou equiparados.....	500
33.14.5. Requisito temporal para progressão em caso de execução conjunta por crime hediondo (ou equiparado) e crime comum.....	501
33.14.6. Progressão e nova condenação .....	504
33.14.7. Processamento do pedido de progressão.....	505
33.14.8. Progressão e prática de falta grave.....	505
33.14.9. Progressão e <i>habeas corpus</i> .....	507
33.14.10. Progressão de regime, organização criminosa e manutenção do agrupamento ilícito .....	507
33.14.11. Progressão de regime, colaboração premiada e Lei do Crime Organizado.....	507
33.14.12. Progressão de regime prisional, condenado estrangeiro e processo de expulsão em trâmite .....	508
33.14.13. Progressão de regime e prisão em unidade militar .....	508
33.14.14. Progressão de regime e cumprimento da pena em peniten- ciária federal de segurança máxima.....	508
33.14.15. Progressão de regime, custódia cautelar e termo inicial .....	509
33.15. Regressão .....	509
33.15.1. Regressão “por saltos” .....	512
33.15.2. Regressão a regime mais grave do que o fixado na sentença condenatória .....	512
33.15.3. Regressão cautelar .....	513
33.16. Execução provisória .....	513
33.16.1. Execução provisória de réu preso .....	513
33.16.2. Execução provisória de réu solto .....	515

33.16.2.1.	Introdução.....	515
33.16.2.2.	A execução provisória da pena no direito comparado.....	516
33.16.2.3.	A relatividade da presunção de inocência.....	516
33.16.2.4.	Presunção de inocência <i>versus</i> efetividade da Justiça penal .....	517
33.16.2.5.	As vantagens proporcionadas pela execução provisória .....	520
33.16.2.6.	Análise do art. 283 do Código de Processo Penal .....	520
33.16.3.	Execução provisória de pena e desaforamento.....	521
33.16.4.	Execução provisória e prisão especial .....	522
33.16.5.	Execução provisória e Tribunal do Júri .....	522
33.16.5.1.	Direito intertemporal.....	524
33.17.	Autorizações de saída .....	524
33.17.1.	Permissão de saída.....	524
33.17.2.	Saída temporária.....	525
33.17.2.1.	Saída temporária e monitoração eletrônica.....	527
33.17.2.2.	Saídas temporárias automatizadas.....	527
33.18.	Regras do regime fechado.....	528
33.18.1.	Local de cumprimento da pena.....	530
33.18.2.	Estabelecimentos penais de segurança máxima.....	531
33.18.2.1.	Juízos colegiados.....	533
33.18.2.2.	Líderes de organizações criminosas.....	533
33.18.3.	Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).....	534
33.19.	Regras do regime semiaberto.....	538
33.19.1.	Falta de colônia agrícola ou industrial e cumprimento da pena em estabelecimento adequado.....	538
33.19.2.	Regime semiaberto e recurso da defesa.....	539
33.19.3.	Pandemia causada pela Covid-19, suspensão temporária do trabalho externo e prisão domiciliar .....	539
33.20.	Regras do regime aberto .....	541
33.20.1.	Regime aberto e prestação de serviços à comunidade.....	542
33.20.2.	Legislação local .....	542
33.20.3.	Prisão albergue domiciliar.....	542
33.20.3.1.	Prisão albergue domiciliar e prisão domiciliar: distinção .....	543
33.20.3.2.	Gestantes e mães presas preventivamente e substituição por prisão domiciliar: <i>habeas corpus</i>	

	coletivo e arts. 318-A e 318-B do Código de Processo Penal.....	544
33.20.3.3.	Prisão domiciliar e monitoração eletrônica .....	545
33.20.3.4.	Monitoração eletrônica e Resolução CNPCP n.º 05/2017 .....	546
33.20.4.	Regime aberto e crimes militares.....	546
33.21.	A súmula vinculante 56: aplicabilidade aos regimes semiaberto e aberto .....	546
33.22.	Tabela comparativa entre os regimes.....	548
33.23.	Regime especial.....	549
33.23.1.	Execução penal, mães presas e filhos recém-nascidos .....	549
33.23.2.	Proibição (ou não) de revista íntima.....	549
33.24.	Direitos do preso .....	551
33.24.1.	A questão da visita íntima.....	551
33.24.2.	Visita social.....	552
33.24.3.	Limitação ao uso de algemas.....	552
33.24.3.1.	Uso de algemas pela polícia para apresentação do preso à imprensa .....	555
33.24.4.	A separação dos presos nos estabelecimentos penais .....	556
33.24.5.	Obras emergenciais em presídios: a reserva do possível e a separação dos Poderes do Estado.....	557
33.24.6.	Superlotação carcerária e responsabilidade civil do Estado. ....	558
33.24.7.	Cumprimento da pena em condições degradantes e cômputo da pena em dobro .....	560
33.25.	Trabalho do preso.....	561
33.25.1.	A remuneração do trabalho do preso .....	561
33.25.2.	Política Nacional de Trabalho no sistema prisional .....	562
33.26.	Legislação especial.....	562
33.27.	Remição .....	562
33.27.1.	Remição pelo trabalho.....	563
33.27.2.	Remição pelo estudo.....	565
33.27.3.	Regras comuns à remição.....	569
33.27.4.	Cumulatividade da remição pelo trabalho e pelo estudo.....	570
33.27.5.	Falta grave e perda dos dias remidos.....	570
33.27.6.	Ausência de trabalho ou de estudo por falta de condições no estabelecimento penal.....	574
33.28.	Detração penal .....	575
33.28.1.	Detração penal e medidas cautelares.....	574

33.28.2. Competência para aplicação da detração penal e reflexos no regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	576
33.28.3. Detração penal e penas restritivas de direitos.....	577
33.28.4. Detração penal e pena de multa .....	577
33.28.5. Detração penal e suspensão condicional da execução da pena privativa de liberdade ( <i>sursis</i> ) .....	577
33.28.6. Detração penal e prescrição .....	577
33.28.7. Detração penal e prisão provisória em outro processo .....	578

## **CAPÍTULO 34 – APLICAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE .....** 581

34.1. Conceito .....	581
34.2. Pressuposto .....	581
34.3. Sistemas ou critérios para aplicação da pena.....	582
34.4. Elementares e circunstâncias .....	583
34.4.1. Classificação das circunstâncias.....	583
34.5. Agravantes genéricas e causas de aumento da pena.....	583
34.6. Causas de aumento da pena e qualificadoras .....	584
34.7. Atenuantes genéricas e causas de diminuição da pena.....	584
34.8. O critério trifásico.....	585
34.9. A primeira fase da dosimetria da pena: fixação da pena--base .....	587
34.9.1. Culpabilidade.....	589
34.9.2. Antecedentes.....	591
34.9.3. Conduta social .....	593
34.9.4. Personalidade do agente.....	594
34.9.5. Motivos do crime .....	595
34.9.6. Circunstâncias do crime.....	596
34.9.7. Consequências do crime .....	596
34.9.8. Comportamento da vítima .....	597
34.10. A segunda fase da dosimetria da pena: atenuantes e agravantes.....	598
34.10.1. Reincidência (art. 61, I, do CP) .....	600
34.10.1.1. Introdução.....	600
34.10.1.2. Conceito .....	601
34.10.1.3. Requisitos.....	601
34.10.1.4. Natureza jurídica .....	605
34.10.1.5. Prova da reincidência .....	605
34.10.1.6. Espécies .....	605

34.10.1.7.	Validade da condenação anterior para fins de reincidência.....	606
34.10.1.8.	Extinção da punibilidade do crime anterior.....	607
34.10.1.9.	Terminologias: reincidente, primário e tecnicamente primário .....	608
34.10.1.10.	Efeitos da reincidência .....	608
34.10.1.11.	Crimes militares próprios, crimes políticos e a reincidência.....	609
34.10.1.12.	Reincidência e maus antecedentes .....	610
34.10.1.13.	Reconhecimento equivocado da reincidência, prejuízo ao réu e indenização pelo erro judiciário.....	611
34.10.1.14.	Falta de reconhecimento da reincidência pelo juízo da condenação e proclamação pelo juízo da execução para fins de benefícios .....	611
34.10.2.	Ter o agente cometido o crime (art. 61, II, do CP).....	612
34.10.2.1.	Por motivo fútil ou torpe (alínea “a”).....	612
34.10.2.2.	Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (alínea “b”).....	613
34.10.2.3.	À traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (alínea “c”).....	614
34.10.2.4.	Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (alínea “d”).....	614
34.10.2.5.	Contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (alínea “e”).....	614
34.10.2.6.	Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica (alínea “f”).....	615
34.10.2.7.	Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (alínea “g”).....	616
34.10.2.8.	Contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida (alínea “h”).....	616
34.10.2.9.	Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (alínea “i”).....	617
34.10.2.10.	Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido (alínea “j”).....	617

34.10.2.11. Em estado de embriaguez preordenada (alínea “I”) .....	618
34.10.3. Agravantes no concurso de pessoas (art. 62 do CP).....	618
34.10.3.1. Promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes (inciso I) .....	618
34.10.3.2. Coage ou induz outrem à execução material do crime (inciso II).....	619
34.10.3.3. Instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal (inciso III) .....	620
34.10.3.4. Executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa (inciso IV) ..	620
34.10.4. Atenuantes genéricas (arts. 65 e 66 do CP) .....	620
34.10.4.1. Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença (inciso I) .....	620
34.10.4.2. O desconhecimento da lei (inciso II).....	621
34.10.4.3. Ter o agente (inciso III).....	621
34.10.4.4. Atenuantes inominadas (art. 66 do CP) .....	626
34.10.5. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas.....	627
34.10.5.1. Concurso entre reincidência e confissão espontânea.....	627
34.10.5.2. Concurso entre promessa de recompensa e confissão espontânea.....	628
34.11. A terceira fase da dosimetria da pena: causas de diminuição (minorantes) e de aumento (majorantes) .....	628

## **CAPÍTULO 35 – PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS..... 631**

35.1. Conceito .....	631
35.2. Espécies.....	632
35.3. Natureza jurídica.....	632
35.4. Duração das penas restritivas de direitos .....	633
35.5. Requisitos .....	634
35.5.1. Requisitos objetivos.....	634
35.5.2. Requisitos subjetivos .....	637
35.6. Crimes hediondos e equiparados e penas restritivas de direitos .....	638
35.6.1. A problemática relacionada ao tráfico de drogas.....	638

35.7. Violência doméstica ou familiar contra a mulher e penas restritivas de direitos.....	639
35.8. Penas restritivas de direitos e crimes militares.....	641
35.9. Momento da substituição.....	641
35.10. Regras da substituição.....	641
35.11. Reconversão obrigatória da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	642
35.11.1. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade e princípio da boa-fé objetiva.....	643
35.11.2. Impossibilidade de reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade a pedido do réu.....	644
35.12. Reconversão facultativa da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	644
35.13. Início da execução das penas restritivas de direitos.....	645
35.13.1. Penas restritivas de direitos e execução provisória.....	645
35.14. Política Nacional de Alternativas Penais.....	646
35.15. Penas restritivas de direitos em espécie.....	646
35.15.1. Classificação.....	646
35.15.2. Prestação pecuniária.....	646
35.15.2.1. Prestação pecuniária e pena de multa: distinções.....	649
35.15.3. Perda de bens e valores.....	650
35.15.3.1. Perda de bens e valores e confisco como efeito da condenação: distinções.....	651
35.15.4. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	651
35.15.4.1. Execução da prestação de serviços à comunidade.....	652
35.15.4.2. Prestação de serviços à comunidade e trabalhos forçados.....	653
35.15.4.3. Prestação de serviços à comunidade e crimes ambientais.....	653
35.15.4.4. Ausência de local adequado para execução da prestação de serviços à comunidade.....	653
35.15.4.5. Prestação de serviços à comunidade e crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro.....	654
35.15.5. Interdição temporária de direitos.....	654
35.15.5.1. Proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo.....	654



35.15.5.2.	Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público.....	655
35.15.5.3.	Suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo.....	656
35.15.5.4.	Proibição de frequentar determinados lugares ..	656
35.15.5.5.	Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.....	657
35.15.6.	Limitação de fim de semana .....	658

## **CAPÍTULO 36 – PENA DE MULTA..... 659**

36.1.	Conceito .....	659
36.2.	Fundo Penitenciário .....	659
36.3.	Critério adotado para a pena de multa.....	650
36.3.1.	Crimes em licitações e contratos administrativos.....	660
36.4.	Aplicação da pena de multa .....	661
36.5.	Valor ineficaz da pena de multa.....	662
36.6.	Multa excessiva.....	662
36.7.	Multa irrisória .....	662
36.8.	Pagamento voluntário da multa.....	663
36.9.	Execução da pena de multa.....	663
36.10.	Causas suspensivas e interruptivas da prescrição da pena de multa.....	665
36.11.	Pena de multa e <i>habeas corpus</i> .....	666
36.12.	Multa e correção monetária .....	666
36.13.	Suspensão da execução da multa .....	666
36.14.	Multa substitutiva .....	666
36.15.	Súmula 171 do Superior Tribunal de Justiça .....	667
36.16.	Pena de multa na Lei de Drogas.....	667
36.17.	Pena de multa e violência doméstica E familiar contra a mulher.....	668

## **CAPÍTULO 37 – CONCURSO DE CRIMES..... 669**

37.1.	Conceito .....	669
37.2.	Espécies.....	669
37.3.	Sistemas de aplicação da pena no concurso de crimes.....	669
37.3.1.	Sistema do cúmulo material.....	669
37.3.2.	Sistema da exasperação .....	669
37.3.3.	Sistema da absorção.....	669
37.4.	Concurso material .....	670

37.4.1.	Conceito e dispositivo legal.....	670
37.4.2.	Espécies .....	671
37.4.3.	Momento adequado para a soma das penas.....	671
37.4.4.	Imposição cumulativa de penas de reclusão e detenção .....	671
37.4.5.	Cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos.....	671
37.4.6.	Cumprimento sucessivo ou simultâneo de penas restritivas de direitos .....	672
37.4.7.	Concurso material e suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/1995).....	672
37.5.	Concurso formal.....	672
37.5.1.	Conceito e dispositivo legal.....	672
37.5.2.	Espécies .....	673
37.5.2.1.	Homogêneo e heterogêneo .....	673
37.5.2.2.	Perfeito e imperfeito .....	673
37.5.3.	Teorias sobre o concurso formal.....	673
37.5.4.	Aplicação da pena no concurso formal .....	674
37.5.5.	Concurso material benéfico.....	675
37.6.	Crime continuado.....	675
37.6.1.	Conceito e dispositivo legal.....	675
37.6.2.	Origem histórica .....	676
37.6.3.	Natureza jurídica .....	676
37.6.4.	Requisitos do crime continuado.....	677
37.6.4.1.	Pluralidade de condutas.....	677
37.6.4.2.	Pluralidade de crimes da mesma espécie .....	677
37.6.4.3.	Conexão temporal.....	678
37.6.4.4.	Conexão espacial.....	678
37.6.4.5.	Conexão modal.....	678
37.6.4.6.	Conexão ocasional.....	679
37.6.4.7.	Crime continuado e unidade de desígnio .....	679
37.6.5.	Espécies de crime continuado e dosimetria da pena.....	680
37.6.6.	Concurso material benéfico.....	682
37.6.7.	Crime continuado e conflito de leis no tempo .....	682
37.6.8.	Crime continuado e prescrição.....	682
37.6.9.	Crime continuado e suspensão condicional do processo.....	683
37.6.10.	Crime continuado e crime habitual: diferenças.....	683
37.7.	Multa no concurso de crimes .....	684
37.8.	Apontamentos diversos sobre o concurso de crimes .....	685

37.8.1. Concurso de crimes moderado ou limitado .....	685
37.8.2. Concurso de concursos de crimes ou concorrência de concursos.....	685
37.8.3. Concurso de crimes e competência dos Juizados Especiais Criminais.....	685
37.8.4. Concurso entre crimes e contravenções penais.....	685
<b>CAPÍTULO 38 – LIMITE DAS PENAS .....</b>	<b>687</b>
38.1. Introdução.....	687
38.2. Fundamentos .....	688
38.3. Unificação de penas .....	688
38.4. Competência para unificação das penas .....	688
38.5. Nova condenação e unificação das penas.....	689
38.6. Fuga do réu e cumprimento da pena unificada.....	689
<b>CAPÍTULO 39 – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA .....</b>	<b>691</b>
39.1. Origem histórica .....	691
39.2. Sistemas .....	691
39.3. Conceito .....	692
39.4. Natureza jurídica.....	692
39.4.1. Política Nacional de Alternativas Penais.....	692
39.5. Requisitos .....	693
39.5.1. Requisitos objetivos.....	693
39.5.2. Requisitos subjetivos .....	694
39.6. Momento adequado para concessão do <i>sursis</i> .....	695
39.7. Espécies de <i>sursis</i> .....	695
39.8. Condições.....	696
39.9. <i>Sursis</i> incondicionado .....	696
39.10. Período de prova .....	697
39.11. Fiscalização das condições impostas durante o período de prova.....	697
39.12. Revogação.....	698
39.12.1. Revogação obrigatória.....	698
39.12.2. Revogação facultativa.....	699
39.12.3. Revogação do <i>sursis</i> e do livramento condicional .....	700
39.13. Revogação do <i>sursis</i> e prévia oitiva do condenado.....	700
39.14. Revogação obrigatória do <i>sursis</i> pela condenação irrecurável por crime doloso durante o curso do prazo e término do período de prova.....	701

39.15. Cassação do <i>sursis</i> .....	701
39.16. <i>Sursis</i> sucessivos .....	702
39.17. <i>Sursis</i> simultâneos .....	702
39.18. Prorrogação do período de prova .....	702
39.19. Término do período de prova e possibilidade de sua prorrogação e revogação do benefício .....	703
39.20. Extinção da pena .....	703
39.21. <i>Sursis</i> e crimes hediondos ou equiparados .....	704
39.22. <i>Sursis</i> para estrangeiro .....	704
39.23. <i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos .....	705
39.24. <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i> .....	705
39.25. <i>Sursis</i> e detração penal .....	705
39.26. <i>Sursis</i> e indulto .....	705
39.27. <i>Sursis</i> e regime penitenciário .....	706

**CAPÍTULO 40 – LIVRAMENTO CONDICIONAL..... 707**

40.1. Evolução histórica .....	707
40.2. Conceito .....	707
40.3. Natureza jurídica .....	708
40.4. Diferenças com o <i>sursis</i> .....	708
40.5. Juízo competente para concessão do livramento condicional .....	709
40.6. Egresso .....	710
40.7. Requisitos .....	710
40.7.1. Requisitos objetivos .....	710
40.7.2. Requisitos subjetivos .....	713
40.8. Rito do livramento condicional .....	715
40.9. Condições .....	717
40.10. Revogação do livramento condicional .....	718
40.10.1. Revogação obrigatória .....	718
40.10.1.1. Inciso I .....	719
40.10.1.2. Inciso II .....	720
40.10.2. Revogação facultativa .....	721
40.11. Suspensão do livramento condicional .....	722
40.12. Prorrogação do período de prova .....	723
40.13. Extinção da pena .....	724
40.14. Questões diversas sobre livramento condicional .....	724
40.14.1. Livramento condicional insubsistente .....	724
40.14.2. Livramento condicional e <i>habeas corpus</i> .....	725

40.14.3. Livramento condicional humanitário .....	725
40.14.4. Livramento condicional cautelar.....	725
40.14.5. Livramento condicional para estrangeiro .....	725
40.14.6. Livramento condicional e Lei do Crime Organizado.....	726
40.14.7. Livramento condicional e limite de cumprimento da pena. ....	726

## **CAPÍTULO 41 – EFEITOS DA CONDENAÇÃO .....** 729

41.1. Introdução.....	729
41.2. Pressuposto .....	729
41.3. Divisão dos efeitos da condenação .....	730
41.3.1. Efeitos principais .....	730
41.3.2. Efeitos secundários.....	730
41.3.2.1. Efeitos secundários de natureza penal .....	730
41.3.2.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal previstos no Código Penal .....	731
41.4. Efeitos da condenação previstos fora do código penal .....	741
41.4.1. Abuso de autoridade.....	741
41.4.2. Suspensão dos direitos políticos.....	742
41.4.3. Rescisão contratual na Justiça do Trabalho.....	743
41.4.4. Lei de Falências.....	743
41.4.5. Lei de Tortura .....	743
41.4.6. Lei de Drogas.....	743
41.4.7. Crimes resultantes de preconceitos de raça e de cor .....	744
41.4.8. Lavagem de capitais .....	744
41.4.9. Crime organizado.....	744
41.4.10. Cadastro Nacional das Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.....	745
41.5. Quadro esquemático .....	746

## **CAPÍTULO 42 – REABILITAÇÃO.....** 747

42.1. Conceito .....	747
42.2. Origem histórica .....	747
42.3. Natureza jurídica.....	747
42.4. Modalidades de reabilitação no Código Penal.....	748
42.4.1. Sigilo das condenações: art. 93, <i>caput</i> , parte final .....	748
42.4.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal e específicos da condenação: art. 93, parágrafo único .....	748

42.4.2.1.	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	748
42.4.2.2.	Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela .....	749
42.4.2.3.	Inabilitação para dirigir veículo .....	749
42.5.	Reabilitação e reincidência.....	749
42.6.	Pressuposto e requisitos da reabilitação .....	750
42.6.1.	Pressuposto .....	750
42.6.2.	Requisitos .....	750
42.6.2.1.	Requisitos objetivos.....	750
42.6.2.2.	Requisitos subjetivos .....	752
42.7.	Pedido de reabilitação.....	752
42.8.	Revogação da reabilitação .....	753
42.9.	Reabilitação e <i>habeas corpus</i> .....	753

**CAPÍTULO 43 – MEDIDAS DE SEGURANÇA..... 755**

43.1.	Conceito .....	755
43.2.	Distinções entre pena e medida de segurança.....	755
43.3.	Princípios das medidas de segurança .....	756
43.3.1.	Legalidade .....	756
43.3.2.	Anterioridade .....	756
43.3.3.	Jurisdicionalidade .....	756
43.4.	Requisitos para aplicação .....	756
43.5.	Conceito de periculosidade .....	757
43.6.	Espécies de periculosidade.....	758
43.7.	Aplicação da medida de segurança .....	758
43.8.	Espécies de medidas de segurança.....	759
43.9.	Prazo mínimo da medida de segurança.....	761
43.10.	Prazo máximo da medida de segurança .....	761
43.11.	Execução das medidas de segurança .....	762
43.12.	Medida de segurança provisória ou preventiva .....	764
43.13.	Conversão do tratamento ambulatorial para internação.....	765
43.14.	Desinternação progressiva.....	765
43.15.	Conversão da pena em medida de segurança.....	766
43.16.	Direitos do internado.....	767
43.17.	Medidas de segurança na Lei de Drogas .....	767
43.18.	Adolescente infrator e medidas de segurança.....	767

<b>CAPÍTULO 44 – AÇÃO PENAL.....</b>	<b>769</b>
44.1. Introdução.....	769
44.2. Conceito .....	769
44.3. Características.....	769
44.4. Classificação da ação penal.....	770
44.4.1. Divisão com base na tutela jurisdicional invocada.....	770
44.4.2. Divisão subjetiva.....	770
44.5. Condições da ação penal .....	770
44.5.1. Condições genéricas.....	770
44.5.1.1. Possibilidade jurídica do pedido .....	771
44.5.1.2. Legitimidade <i>ad causam</i> ou legitimidade para agir .....	771
44.5.1.3. Interesse processual.....	772
44.5.1.4. Justa causa.....	772
44.5.2. Condições específicas ou condições de procedibilidade .....	773
44.6. Ação penal pública .....	774
44.6.1. Princípios .....	775
44.6.2. Ação penal pública incondicionada .....	776
44.6.3. Ação penal pública condicionada.....	777
44.6.3.1. Representação do ofendido e requisição do Ministro da Justiça: natureza jurídica .....	777
44.6.3.2. Representação do ofendido .....	777
44.7. Ação penal privada.....	782
44.7.1. Prazo .....	782
44.7.2. Princípios .....	782
44.7.3. Espécies .....	784
44.7.3.1. Ação penal exclusivamente privada ou ação penal privada propriamente dita .....	774
44.7.3.2. Ação penal privada personalíssima.....	784
44.7.3.3. Ação penal privada subsidiária da pública.....	785
44.7.3.4. Ação penal privada concorrente.....	785
44.8. Ação penal nos crimes complexos .....	786
44.9. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	786
44.10. Ação penal e crime de lesão corporal praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher .....	787
<b>CAPÍTULO 45 – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE .....</b>	<b>791</b>
45.1. Introdução.....	791
45.2. O art. 107 do Código Penal .....	791

45.3.	Momento de ocorrência: antes ou depois do trânsito em julgado da condenação .....	792
45.4.	Efeitos.....	793
45.5.	Extinção da punibilidade nos crimes acessórios, complexos e conexos ..	794
45.6.	Análise do art. 107 do Código Penal .....	794
45.6.1.	Morte do agente (inciso I).....	794
45.6.2.	Anistia, graça e indulto (inciso II).....	796
45.6.2.1.	Anistia .....	796
45.6.2.2.	Graça.....	797
45.6.2.3.	Indulto .....	798
45.6.3.	<i>Abolitio criminis</i> (inciso III) .....	802
45.6.4.	Prescrição, decadência e preempção (inciso IV).....	802
45.6.4.1.	Prescrição.....	802
45.6.4.2.	Decadência.....	803
45.6.4.3.	Preempção.....	804
45.6.5.	Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação privada (inciso V) .....	806
45.6.5.1.	Renúncia ao direito de queixa.....	806
45.6.5.2.	Perdão aceito .....	807
45.6.6.	Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite (inciso VI) .....	808
45.6.7.	Inciso VII – Revogado pela Lei 11.106/2005.....	808
45.6.8.	Inciso VIII – Revogado pela Lei 11.106/2005 .....	808
45.6.9.	Perdão judicial (inciso IX).....	808
45.6.9.1.	Introdução.....	808
45.6.9.2.	Natureza jurídica .....	810
45.6.9.3.	Aplicabilidade.....	810
45.6.9.4.	Incomunicabilidade.....	811
45.6.9.5.	Natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial .....	811
45.6.9.6.	Distinção entre perdão judicial e escusas absolutórias.....	812
45.6.9.7.	Distinção entre perdão judicial e perdão do ofendido .....	813
<b>CAPÍTULO 46 – PRESCRIÇÃO.....</b>		<b>815</b>
46.1.	Introdução.....	815
46.2.	Origem histórica.....	816



46.3.	Conceito .....	816
46.4.	Fundamentos .....	816
46.5.	Natureza jurídica.....	817
46.6.	Alocação .....	817
46.7.	Imprescritibilidade penal.....	818
46.7.1.	Injúria racial <i>versus</i> racismo: o entendimento do Supremo Tribunal Federal .....	820
46.8.	Diferenças entre prescrição e decadência .....	821
46.9.	Espécies de prescrição .....	821
46.9.1.	Introdução.....	821
46.9.2.	Efeitos da prescrição e competência para sua declaração ....	822
46.10.	Prescrição da pena privativa de liberdade.....	823
46.10.1.	Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição da ação penal.....	823
46.10.1.1.	Dispositivo legal.....	823
46.10.1.2.	Fundamento.....	824
46.10.1.3.	Cálculo.....	824
46.10.1.4.	Termo inicial .....	829
46.10.1.5.	Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva e regra especial da Lei de Falências .....	835
46.10.1.6.	Causas interruptivas.....	835
46.10.1.7.	Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva.....	837
46.10.1.8.	Causa especial de interrupção da prescrição da pretensão punitiva nos crimes falimentares.....	838
46.10.1.9.	Causas impeditivas.....	838
46.10.1.10.	Natureza do rol das causas impeditivas e suspensivas previstas no Código Penal.....	840
46.10.1.11.	Causas impeditivas e suspensivas da prescrição da pretensão punitiva previstas fora do Código Penal .....	840
46.10.1.12.	Recurso extraordinário com repercussão geral, suspensão dos processos pendentes em todo o território nacional e suspensão da prescrição....	841
46.10.2.	Prescrição superveniente, intercorrente ou subsequente.....	844
46.10.2.1.	Conceito .....	844
46.10.2.2.	Cálculo.....	844
46.10.2.3.	Termo inicial .....	844
46.10.2.4.	Motivos para sua ocorrência.....	845
46.10.2.5.	Momento adequado para o seu reconhecimento..	845

46.10.2.6.	Redução da pena imposta pela sentença e pendência de recurso da acusação .....	845
46.10.3.	Prescrição retroativa.....	846
46.10.3.1.	Origem.....	846
46.10.3.2.	Cálculo.....	846
46.10.3.3.	Termo inicial .....	847
46.10.3.4.	Momento adequado para o seu reconhecimento .....	849
46.10.4.	Prescrição da pretensão executória ou prescrição da condenação .....	849
46.10.4.1.	Conceito .....	849
46.10.4.2.	Forma de contagem .....	850
46.10.4.3.	Termo inicial .....	850
46.10.4.4.	Causas interruptivas.....	852
46.10.4.5.	Incomunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão executória .....	853
46.10.4.6.	Causa impeditiva da prescrição da pretensão executória.....	853
46.10.4.7.	Prescrição da pretensão executória e indulto ....	854
46.10.5.	Prescrição virtual, projetada, antecipada, prognostical ou retroativa em perspectiva.....	855
46.11.	Prescrição das penas restritivas de direitos.....	857
46.12.	Prescrição e detração penal.....	857
46.13.	Prescrição das medidas de segurança.....	858
46.14.	Prescrição e absorção de penas.....	859
46.15.	Prescrição no concurso de crimes.....	859
46.16.	Prescrição da pena de multa.....	860
46.17.	Prescrição na legislação penal especial.....	862
46.17.1.	Lei de Drogas – Lei 11.343/2006 .....	862
46.17.2.	Código Penal Militar – Decreto-lei 1.001/1969.....	862
46.17.3.	Prescrição e Estatuto da Criança e do Adolescente.....	862
46.18.	Falta grave na Lei de Execução Penal e prescrição de infração disciplinar.....	863
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>		<b>865</b>